



1 Ata da Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu

Data: 23/12/2024	Local Plataforma Virtual Jitsi Meet: https://meet.jit.si/CBHRioJucu
Início: 14:12	Término: 16:00
Ordem do dia (Pauta)	
<ul style="list-style-type: none">I. Abertura e verificação de quórum;II. Aprovação da Ata da reunião do dia 08 de outubro;III. Informes da Diretoria das tratativas junto a AGERH sobre os mecanismos para movimentação dos recursos da cobrança para aplicação nas ações do Plano de Bacia;IV. Desligamento da Associação Montanhas Capixabas por ausência na plenária;V. Pedido de vistas da FAMOPES;VI. Informes sobre o IV ECOB, Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, realizado em 6 e 7/11/24;VII. Informes sobre reunião da Diretoria com LABGEST (UFES) em 19/11/24;VIII. Informações sobre a crise hídrica no ES e seus reflexos na bacia do rio Jucu;IX. Apresentação do balanço hídrico da bacia e proposta de atuação pela Agência Delegatária (AGERH)X. Assuntos Gerais.	

2 **Membros representantes do PODER PÚBLICO:**

- 3 ➤ Bianca Campos Queiroz - Prefeitura Municipal de Cariacica (Presente)
- 4 ➤ George Hilton Venturim - Prefeitura Municipal de Domingos Martins (Presente)
- 5 ➤ José Adinan de Souza – IDAF – (Ausente)
- 6 ➤ Maurício Milanezzi Fernandes - Prefeitura Municipal de Vila Velha – (Ausente)
- 7 ➤ Murilo Tardin Alvez - Prefeitura Municipal de Guarapari (Ausente)
- 8 ➤ Paula Storani Zanotti - Prefeitura Municipal de Viana (Ausente)
- 9 ➤ Raoni Ludovino de Sá – Incaper (Presente)
- 10 ➤ Roberto da Costa Laperriere Júnior - Secretaria de Estado da Saúde (Ausente)
- 11 ➤ Suéli Huber Oliveira - Prefeitura Municipal de Marechal Floriano (Ausente)

12 **Membros representantes dos USUÁRIOS**

- André Sefione Luduvico Krohling - Sindicato Rural de Marechal Floriano e Domingos Martins (Ausente)
- André Sefione Luiz Sefione – CESAN – (Presente)
- Jândia dos Reis – Grupo Simec (Ausente)
- Leonardo Pignaton Francisconi – Real Café (Ausente)
- Maria Aparecida Vargas – Abragel (Ausente)

Membros representantes da SOCIEDADE CIVIL:

- Élio de Castro Paulino - Sociedade Sinhá Laurinha – Vice Presidente (Presente)
- Mario Cesar do Nascimento Moreira – FAMOPES – (Ausente)
- Nelson Mayer - Instituto Kautsky (Ausente)

Representante INSTITUCIONAL

- Aline Keller Serau – Agerh (Presente)
- Nicolly Pereira Fidelis - apoio administrativo (AGERH)

CONVIDADOS

- Pedro de Miranda Ramos (Presente)
- Antônio Oliveira Jr. (Presente)

Reunião ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e doze minutos. A reunião foi realizada usando o aplicativo Jitsi Meet, com o link : <https://youtube.com/live/okRRc0am3gU> . O Presidente, George Hilton Venturim, deu início à reunião cumprimentando a todos e, em seguida, procedeu à leitura do item **I. Abertura e Verificação de Quórum**; George Venturim informou que, após a leitura da pauta, foi verificado que não havia quórum suficiente. No entanto, esclareceu que a reunião poderia prosseguir com qualquer quórum, visto que a pauta era basicamente informativa, e não havia necessidade de deliberação ou votação. Assim, a reunião seguiu conforme o quórum presente. Antes de passar ao segundo item da pauta, a conexão de internet do George foi interrompida, e, infelizmente, ele não conseguiu retornar para dar continuidade. Na sequência, Élio de Castro Paulino consultou André Sefione (Secretário Executivo) sobre a possibilidade de dar continuidade à reunião sem a presença do presidente George Venturim. André Sefione, mediante mensagem via whatsapp do presidente solicitando a continuidade da reunião até que sua conexão fosse reestabelecida, Élio de Castro Paulino prosseguiu com o item **II. Aprovação da Ata da**

44 **reunião realizada no dia 8 de outubro de 2024;** como não havia quórum suficiente para
45 a aprovação da ata, foi decidido avançar para o item III. O item **III** abordou os **Informes**
46 **da Diretoria sobre as tratativas com a AGERH sobre os mecanismos para movimentação**
47 **dos recursos da cobrança para aplicação nas ações do Plano de Bacia;** Durante a
48 discussão, houve divergências entre os membros presentes, e como não houve consenso,
49 ficou decidido que esse ponto seria reavaliado na próxima reunião, com a presença do
50 presidente do comitê. Na sequência, o Élio de Castro Paulino abordou o item **IV.**
51 **Desligamento da Associação Montanhas Capixabas por ausência na plenária;** concedeu
52 a palavra ao secretário executivo, André Sefione, que informou que há pelo menos 2 anos
53 a Associação Montanhas Capixabas não participa das reuniões do comitê, sendo,
54 portanto, considerada desligada. André Sefione explicou que, embora tivessem
55 respondido a um e-mail no primeiro semestre, informando a substituição do
56 representante Sérgio Dias por uma nova pessoa (não identificada), essa nova
57 representante nunca apareceu para as reuniões, e os contatos não foram respondidos.
58 André Sefione sugeriu que o desligamento da associação fosse formalizado para que a
59 vaga pudesse ser aberta à sociedade civil e para que o comitê pudesse trabalhar com
60 quórum efetivo. Após consulta aos membros, não houve manifestações contrárias, e
61 todos concordaram com o desligamento formal da associação. Élio de Castro Paulino
62 então passou para o item **V. Pedido de vistas da FAMOPES;** Ele informou que o pedido
63 de vistas não foi apresentado e deu a palavra ao André Sefione para comentar sobre o
64 assunto. André Sefione explicou que o presidente George Venturim o havia informado
65 sobre o pedido de vistas feito pela FAMOPES, relacionado à solicitação da SOS Juntos para
66 que o comitê aderisse ao processo que haviam aberto no Ministério Público. No entanto,
67 o pedido de vistas ainda não havia sido formalizado. André Sefione sugeriu que, na
68 próxima reunião, fosse tomada uma decisão sobre o pedido de vistas, uma vez que isso
69 necessitaria de votação. Élio de Castro Paulino fez uma observação sobre o regimento
70 interno do comitê, destacando o artigo 11, que trata da competência do presidente para
71 aceitar um pedido de vistas e fixar o prazo para sua concessão, bem como as
72 consequências para o conselheiro que não apresentar seu parecer no prazo estipulado.
73 Além disso, Élio de Castro Paulino informou que, a pedido do presidente George

Venturim, ele prepararia uma minuta para inclusão dessas disposições no regimento interno, a fim de que a questão pudesse ser debatida oportunamente. Em seguida, André Sefione comentou que, conforme o regimento, a discussão de um pedido de vistas na reunião subsequente é obrigatória. Ele sugeriu que, na próxima reunião, fosse feita uma deliberação sobre a questão. O item **VI. Informes sobre o VI. ECOB, Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo, realizado em 6 e 7 de novembro de 2024;** Élio de Castro Paulino relatou que o evento foi um sucesso, com discussões de alto nível, e que o presidente George Venturim o havia solicitado para representá-lo na ocasião. Durante o evento, foi discutida a questão da cobrança, e Élio de Castro Paulino teve a oportunidade de expor o processo de construção da cobrança, incluindo os mecanismos de valores. No final do evento, foi abordado o termo de compromisso ambiental já assinado pelo Ministério Público do Estado e pelo Governo. Élio de Castro Paulino manifestou-se contra a parte do documento que tratava da implantação da cobrança, pois, segundo ele, essa competência não cabe ao estado, mas sim ao comitê. André Sefione também fez um comentário sobre o evento, destacando que a discussão foi de alto nível, embora o evento tenha contado com um público reduzido. Ele lamentou que mais pessoas dos comitês de bacia do Estado não tenham participado desse importante troca de ideias. O item **VII. "Informes sobre a reunião da Diretoria com o LABGEST (UFES) em 19/11/ 2024;"** O Élio de Castro Paulino concedeu a palavra a André Sefione, que informou que o professor Edmilson Teixeira, da UFES, membro do LABGEST, entrou em contato com a diretoria do Comitê e os convidou para uma conversa sobre a aplicação de ferramentas desenvolvidas pelo LABGEST em bacias hidrográficas. A Bacia do Rio Jucu foi sugerida para aplicar essas ferramentas, e a reunião teve como objetivo avaliar o interesse do comitê em reatar a parceria. A reunião foi produtiva, com a apresentação de uma ferramenta desenvolvida por alunos de mestrado para análise do estresse hídrico, a qual poderia ser utilizada na Bacia do Jucu. Élio de Castro Paulino apoiou a proposta. Não houve nenhuma manifestação contrária dos membros presentes. Nesse momento o presidente George Venturim, teve sua conexão reestabelecida e retomou a condução da reunião. O item **VIII. Informação sobre a crise hídrica no Espírito Santo e seus reflexos na Bacia do Rio Jucu;** George Venturim iniciou com uma breve

104 introdução, destacando as resoluções emitidas pela AGERH sobre a situação hídrica.
105 Antônio Oliveira Jr., da AGERH, fez uma apresentação detalhada sobre a situação hídrica
106 no estado, abordando as medidas tomadas para enfrentar a crise, como a declaração do
107 estado de atenção e alerta, e a posterior revogação dessas declarações quando a situação
108 se estabilizou. A apresentação foi seguida por um breve debate, mas não houve
109 manifestações de dúvidas por parte dos membros presentes. O item **IX. Apresentação do**
110 **balanço hídrico da Bacia e proposta de atuação pela Agência Delegatária (AGERH);**
111 Pedro Ramos da AGERH, apresentou o balanço hídrico da Bacia do Rio Jucu, informando
112 que a AGERH havia recebido questionamentos da Promotoria de Domingos Martins sobre
113 o andamento das outorgas e do cadastro de usuários de água na bacia no âmbito da Ação
114 Civil Pública. Ele explicou que a outorga da Bacia do Rio Jucu havia sido suspensa devido
115 ao desequilíbrio no balanço hídrico, e que uma nova proposta estava sendo encaminhada
116 ao Ministério Público com o objetivo de estabelecer uma outorga baseada no
117 monitoramento hidrológico, visando garantir a vazão remanescente. A apresentação
118 também abordou o histórico do cadastro de usuários, iniciado em 2006. Em seguida,
119 Pedro Ramos informou que a proposta seria apresentada aos membros do Comitê, e que
120 seria realizada uma capacitação em Domingos Martins para fomentar o cadastro online.
121 Informou ainda que já havia sido agendada uma reunião com a CESAN para avaliar a
122 possibilidade de reduzir temporariamente a outorga da empresa, uma vez que, conforme
123 avaliação da DAUR (Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos), a CESAN não utiliza
124 toda a vazão outorgada, o que permitiria à AGERH conceder a outorga para Domingos
125 Martins. Pedro Ramos também comunicou que, em um segundo momento, seria
126 instalada uma estação hidrometeorológica no Rio Jucu Braço Sul, visando o cumprimento
127 da deliberação do artigo primeiro, inciso 4, que trata das vazões remanescentes. Seria
128 verificado se a vazão definida de 60% estava sendo atendida; caso contrário, um
129 protocolo de alerta seria ativado, conforme as resoluções da AGERH. Após a conclusão
130 das obras e o enchimento da barragem do Imigrantes, no rio Jucu Braço Norte,
131 juntamente com a instalação da estação hidrometeorológica, a AGERH daria início ao
132 protocolo de monitoramento e estabeleceria a situação de alerta para toda a bacia, em
133 conformidade com a deliberação do Rio Jucu, especialmente o artigo segundo, que trata

do racionamento. Como sugestão, e considerando a participação do Comitê, a AGERH ou o CBH Jucu poderiam deflagrar a situação de alerta (crise hídrica), de acordo com as condições hidrológicas da bacia. O protocolo de alerta determinaria as responsabilidades, incluindo a AGERH, que publicaria resoluções, intensificaria a fiscalização e comunicaria os setores de usuários sobre a situação de crise. O CBH Jucu, por sua vez, seria responsável por comunicar a base de representação dos setores de usuários, publicando deliberações sobre os usos prioritários, caso necessário, além de deliberações sobre a crise e o alerta. A CESAN teria a responsabilidade de informar os municípios e clientes sobre uma eventual crise hídrica, e, em última instância, iniciar o racionamento. A proposta visaria a operação da barragem para garantir a vazão remanescente de 50% na foz do Rio Jucu, com a possibilidade de monitoramento por meio das estações na foz, que é onde se encontra o maior problema. Após a apresentação, o Pedro Ramos abriu a palavra para perguntas, caso algum membro tivesse dúvidas. Élio de Castro Paulino agradeceu a apresentação de Pedro Ramos e fez um comentário sobre a relevância do assunto, destacando que, na sua opinião, o tema é de grande importância e não deveria ser tratado por apenas cinco pessoas presentes na plenária do Comitê. Informou que o assunto deveria ser considerado prioritário e discutido no ambiente de plenária com o quórum adequado. Abriu a palavra para eventuais observações dos membros. André Sefione considerou a proposta apresentada por Pedro Ramos, bastante interessante, mas fez uma observação a respeito do Comitê deflagrar a situação de alerta. Entende que essa responsabilidade não cabe ao Comitê, pois tecnicamente não possui a capacidade para tal ação, e não seria sua função decidir nesse sentido. Pedro Ramos esclareceu que a sugestão de envolver o Comitê na decisão foi feita porque, frequentemente, a AGERH aguarda a CESAN informar a falta de água. No entanto, quando isso ocorre, a vazão remanescente já está comprometida e a qualidade da água prejudicada. André Sefione sugeriu que isso poderia ser previamente definido no protocolo, com a vazão sendo monitorada, de modo que o Comitê possa acompanhar os dados de vazão, como um ente fiscalizador do sistema. Antônio Oliveira Jr. parabenizou Pedro Ramos pela apresentação e informou que foram realizadas algumas conversas com a Gerência de Regulação da AGERH. Acredita que é essencial haver uma integração efetiva e participação do Comitê, inspirada nos exemplos



de salas de crise, como a do São Francisco, onde o Comitê tem o poder de agir de ofício. Considerou que a integração entre AGERH e o Comitê é fundamental para a definição das diretrizes complementares e que o Comitê deve assumir a responsabilidade de monitorar os dois braços do Rio Jucu, o Norte e o Sul. Destacou que a regulação das vazões dependerá do monitoramento, e o Comitê, junto à AGERH, tem a atribuição de definir as diretrizes e os critérios para a outorga, estabelecendo compromissos claros para o protocolo de intenções. Não havendo mais questionamentos ou esclarecimentos, Élio de Castro Paulino encerrou a reunião, informando que o Presidente George Venturim teve novamente problemas com a conexão de internet durante a discussão desse último ponto de pauta e, por isso, não pôde concluir a reunião. Encerrou a reunião às dezesseis horas. Eu, Nicolly Pereira Fidelis, lavrei a presente ata em suporte à Secretaria Executiva do Comitê.

George Hilton Venturim
Presidente

Élio Paulino de Castro
Vice Presidente

André Luiz Sefione
Secretário Executivo